

# **EMBASAMENTO TEÓRICO E PRINCÍPIOS PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER**

*Bruno Medeiros Roldão de Araújo. Graduando em Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: brunoroldao@ig.com.br*

## **INTRODUÇÃO**

Trataremos neste artigo sobre o que é necessário para a formulação de uma política de lazer (sustentada em um tripé formado pelo tempo disponível e sua ampliação, criação de espaços adequados e diretrizes para a animação sociocultural) e a importância da elaboração de um diagnóstico de necessidades neste processo. Utilizando uma metodologia exploratória, traçamos como meta nesta pesquisa, explicar de forma organizada e de fácil compreensão, os princípios teóricos por trás da formulação de políticas de lazer, que leve a população à prática do mesmo, de uma forma que proporcione prazer, saúde e acima de tudo: bem-estar.

O lazer como uma parte do tempo livre, onde as pessoas possam se divertir desenvolver a sociabilidade e sua livre capacidade criadora, como prega o conceito de Dumazedier (1974), serve como base para as políticas de lazer. A crescente prática neste sentido, mostra que estamos vivendo uma época na qual o lazer está sendo mais pensado e realizado em nossa sociedade, não que já estejamos vivendo em uma civilização do lazer, mas já demos um “pequeno passo” nesse sentido.

## **CONTEXTO HISTÓRICO: AS MUDANÇAS SOCIAIS DO TRABALHO**

A atuação das práticas de lazer no Brasil foi uma das conquistas mais demoradas do cidadão, devido a restrições que algumas camadas da sociedade sofreram durante o processo histórico. Somente no século XX que a grande maioria das pessoas que pertencem à classe menos privilegiada, começou a ter acesso ao lazer sistematizado e de qualidade.

As mudanças na noção de trabalho e as diferentes formas concretas de sua efetivação são históricas, isto é, vão se construindo ao longo da história das sociedades humanas, variando de acordo com os modos de organização da produção e de distribuição de riquezas e poder. (Manfredi, 2002, p.34) Mudanças estas enfatizadas com mais impulso a partir da revolução industrial (século XVIII), seguindo sua trajetória histórica marcada pela mecanização (séculos XVIII e XIX), automação (séculos XIX e XX) e a informatização (segunda metade do século XX até os dias atuais). Em cada uma

dessas fases o tempo de não-trabalho (ou tempo livre) passou a ser usado de diversas maneiras. Essa evolução se deu mediante inúmeros fatores como: lutas sociais, influência das novas linhas do conhecimento enfim, mediante inúmeras transformações e mudanças. Cada fase desta representou um aumento maior no tempo de não-trabalho, que juntamente ao espaço de vivência e da atitude do indivíduo, forma os três eixos básicos das novas concepções do lazer. Mas como o tempo de não-trabalho não significa lazer, e a tendência que começa a se consolidar no mercado de trabalho é a de vários empregos simultâneos, e ainda o trabalho baseado no próprio domicílio tomando como base ferramentas como o computador e a Internet, o que ocorre na verdade é uma diminuição no número de horas dedicadas ao lazer e conseqüentemente às atividades recreativas, por isso se torna de fundamental importância o planejamento do lazer, gerando uma integração com a área administrativa.

### ADMINISTRAÇÃO E A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER

Podemos dizer que o lazer integra-se à administração, a partir do momento em que as experiências de lazer são planejadas, organizadas, conduzidas e avaliadas. Isso fica evidente pelas exposições implícitas que circulam nos meios de comunicação de massa.

A preocupação existente para os “administradores de lazer” é de como usar mecanismos que aproximem ainda mais os usuários dos recursos existentes na entidade promotora, o que contradiz a concepção de que o lazer deve ser para quem o vivencia, um ato de pura ludicidade e prazer.

A formulação de políticas públicas de lazer exige do administrador a utilização de estratégias de grande complexidade. Nesse campo de atuação, verifica-se uma oferta de eventos desconectados entre si e em relação a uma macro-política que determine as metas e objetivos de uma dada instituição.

As políticas na área do lazer, segundo Camargo (1985) constituem-se em um “conjunto de valores e metas de uma sociedade com relação ao seu próprio bem-estar dentro do chamado livre”, ou seja, deve atender aos anseios da sociedade para com seus momentos de não trabalho constituídos como lazer.

Requixa (1980) dedicou a primeira parte do livro “Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer”, aos aspectos conceituais desse campo de ação, faz uma análise bastante pertinente da situação urbana do país, os marcos valorativo para uma democracia cultural e melhoria da qualidade de vida, concluindo com uma proposta de operacionalização de uma política de lazer sustentada em um tripé formado pela ampliação do tempo disponível, criação de espaços adequados e diretrizes para a animação sociocultural para atuar nessa área de serviços.

## O DIAGNÓSTICO DE NECESSIDADES

Um dos pontos iniciais na formulação de uma política de lazer é uma elaboração do diagnóstico de necessidades. O primeiro passo é considerar os indicadores do macroambiente que podem interferir na elaboração de uma política de lazer.

Esse mesmo procedimento se aplica, seja na formulação de políticas de ação para uma academia, seja para grandes instituições como clubes e órgãos governamentais (prefeituras, etc.).

Um segundo nível de abordagem para elaboração, implica explicitar os indicadores da instituição. O afinamento das informações de um diagnóstico de necessidades exige o levantamento dos indicadores sociais daquele contexto, tais como: a) processo de urbanização/ comunidade rural; b) grau de escolaridade; c) distribuição dos gêneros; d) faixas etárias; e) estado civil; f) segmentos especiais da população, etc.

Tão importantes quanto os dados demográficos é o *perfil psicográfico da população a ser atendida*, isto é, identificação dos hábitos, atitudes e motivações que levam uma pessoa a participar de uma experiência de lazer (Bramante, 1997), ou seja, não basta conhecer os usuários, mas é necessário motivá-los.

Também tão importante quanto ter essas informações do usuário real, uma verdadeira política de lazer deve preocupar-se com as expectativas do usuário potencial. Enquanto há uma exagerada preocupação dos administradores nessa área de ação em oferecer “novidades” para atrair novos usuários, pesquisas demonstram que uma das grandes causas de não-participação é a desinformação. (Bramante, 1993)

Um terceiro conjunto de informações para a efetivação de um diagnóstico de necessidades no campo do lazer inclui o mapeamento de recursos físicos, humanos, equipamentos, materiais e financeiros.

A localização física desses recursos em um mapa irá facilitar a visualização “dos espaços em branco” que logo se evidenciam.

Completando esse mapeamento, é necessário ainda identificar os recursos humanos disponíveis, sejam eles profissionais e/ou voluntários. Até mesmo por falta de uma cultura nesse sentido em nosso país, pouco se trabalha em termos de corpo de voluntários identificados no campo do lazer como grupos de interesse específicos.

Para concluir, a análise da disponibilidade financeira é condição básica para a formulação de uma política de lazer, pois a disponibilidade financeira facilitará sua implantação.

As técnicas utilizadas para obter todas essas informações são diversas e estão diretamente ligadas aos recursos disponíveis. Na maioria das vezes a combinação

dessas técnicas poderá garantir um maior sucesso à empreitada de realizar um diagnóstico de necessidades. (Bramante, 1997)

### O MODELO ORGANIZACIONAL “PAIE”

Desde 1977 vem sendo aplicado um modelo operacional que viabiliza uma política de lazer que tem surtido efeitos desejáveis, tanto nos setores públicos como “semipúblicos”, nos “semiprivados” e nos privados.

O modelo organizacional proposto é denominado “PAIE”, letras que representam as iniciais de quatro termos distintos: Permanência, Apoio, Impacto e Especial. (MEC/ SEED/ SUEPT, 1983)

As ações de permanência são aquelas que ocorrem no dia-a-dia através de projetos de simples execução, normalmente com predominância clara em um dos interesses culturais do lazer, com apoio de voluntários e realizados segundo as características do contexto sociocultural local.

As ações de apoio devem dar sustentação à motivação da programação permanente, fazendo uma ponte entre essa e os eventos de impacto. A ação de impacto ocorre uma ou duas vezes ao ano, com grande conotação de festa, abrangendo de maneira temática os mais diversos interesses culturais do lazer, com equipe multi-profissional e gerenciamento centralizado dada à complexidade das providências exigidas para sua execução.

Os eventos especiais possuem características semelhantes aos eventos de impacto, ressaltando-se sua periodicidade esporádica, de acordo com algum grande acontecimento. (Bramante, 1997)

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, em torno do modelo organizacional (PAIE), que viabiliza políticas de lazer para o povo brasileiro, é possível desenvolver o ser humano que pensa e age, de maneira crítica e criativa, pois através de um modelo administrativo eficiente, as diferentes maneiras de se utilizar os recursos físicos, humanos e materiais existentes, são melhores direcionadas para este fim.

Através da busca do embasamento necessário para o desenvolvimento de políticas de lazer, podemos refletir sobre quão importante é, saber aproveitar o tempo livre e procurar atividades de lazer que proporcione uma melhor qualidade de vida para a população em geral.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAMANTE, Antônio Carlos. Qualidade no gerenciamento do lazer. IN: BRUHNS, Heloisa Turini (Org.). *Introdução aos Estudos do Lazer*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. (p. 123-140)

\_\_\_\_\_. Estamos vivendo uma civilização do Lazer? IN: *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, 4 (04). Campinas, 1990. (p. 91-94)

\_\_\_\_\_. Recreação e Lazer: Concepções e Significados. IN: *Revista LICERE*, vol. 1, n. 1, 1998.

MANFREDI, Silvia Maria. Trabalho, Profissão e Escolarização: Revisando Conceitos IN: *A Educação Profissional Ontem e Hoje*. São Paulo: Cortez Editora, 2002. (p.31-34).

REQUIXA, Renato. Conceito de Lazer. IN: Serviço Social do Comércio. *Cadernos de lazer*. Documento 1, São Paulo, 1976. (p.19-21)